

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Teresa Calçada

Resumo:

Em 1996 foi criado por decisão dos Ministros da Cultura e da Educação um programa de instalação de uma Rede de Bibliotecas Escolares nas escolas de todos os graus de ensino como resposta a uma necessidade sentida pelos profissionais de ensino e enunciada como tal quer em textos oficiais quer em estudos sobre a educação e práticas culturais.

Ao Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares cabe a coordenação e execução de um projecto que possibilite dotar as escolas com bibliotecas escolares entendidas como centros de recursos básicos do processo educativo. Trata-se da criação de centros multimédia de livre acesso, organizados segundo princípios e requisitos mínimos que devem ser respeitados na definição dos espaços, equipamentos e mobiliário, fundos documentais, modos de funcionamento e gestão.

O Ministério da Educação e as escolas, de parceria com as Câmaras Municipais, e com o apoio privilegiado das Bibliotecas Municipais, lançarão as bases das redes concelhias de leitura, favorecendo a aquisição de competências de informação e conhecimento.

Abstract:

In 1996 by decision of the Ministers of Culture and Education it was created a program, in every grade schools, for the instalation of a School Libraries Net, as an answer to a need felt by the teachers and by them expressed both in official documents and in studies on education and cultural practices.

It is the School Libraries Net Office's duty to coordinate and carry out a project that will permit to supply each school with school libraries, these understood as basic resources of the educational process. We are talking about the creation of multimedia centers of free access, organized by certain principles and specifications which must be respected in the definition of the spaces, equipment and furniture, documents, functioning optios and management.

The Ministry of Education and the schools, with the City Halls and the special support of Public Libraries, will lay the foundations of the reading *municipium* nets contributing for the acquisition of information skills and knowledge.

1. Sobre a Leitura

Até há muito poucos anos no nosso País muita gente não sabia ler. Não sabiam as pessoas que não tinham ido à escola, e eram muitas, e muitas das que tinham ido à escola continuavam a não saber ler. Também não havia nem muitas, nem boas bibliotecas. Fossem públicas, escolares ou universitárias. Em certo sentido esta situação mantém-se, pese embora o esforço contrário feito nas últimas três décadas para alterar a situação.

Coisas do ler e do escrever que noutros países começaram há muitos e muitos anos, há 50 ou 100 anos, tardaram neste país. As famílias letradas escasseavam, hábitos generalizados de instrução não faziam parte de valores dominantes, nem formas de associação ou voluntariado ajudaram à escolarização real. Fracos recursos económicos, pouco público para os bens da cultura tornaram irremediavelmente mais caros e estranhos esses mesmos bens. A escolaridade mínima obrigatória tardou. A nossa história próxima passada foi de verdadeiro obscurantismo educacional, o que não ajudou à alfabetização e ao domínio da escrita e da leitura. E Portugal continua a ser o País mais analfabeto da Europa.

Mas se em Portugal parece ter-se ganho, nas últimas décadas, a batalha da alfabetização, não se ganhou contudo a daquilo a que podemos chamar a *leiturização*.

Se as competências para uma boa leitura e escrita não foram alcançadas o público não lê e acaba sempre por optar por obter a informação de que precisa em meios alternativos concorrentes e mais fáceis. Se não se sabe ler bem não se escolhe o jornal para saber as notícias, escuta-se antes um noticiário TV. Não se lêem instruções seguem-se simplesmente sinais. A literacia é pouca e a pouca que existe é ameaçada por este círculo vicioso. Mas há uma vantagem em saber ler e em ler. Uma vantagem competitiva em todos os domínios sociais, na performance de cada um em levar a vida que entende, em ter liberdade para decidir conforme as suas opiniões e interesses, para ser competitivo no mercado de trabalho.

Esta competência no ler é portanto condição de desenvolvimento económico, de emprego, da construção de alternativas de organização e tecido social, da criatividade e da crítica cívica. Temos que nos apropriar das vantagens de saber ler. Só assim se pode ficar disponível para as várias culturas, a científica e a das artes e letras.

Até agora não conhecíamos senão condições familiares para ser leitor. Trata-se agora de encontrar condições sociais e na comunidade que produzam efeitos semelhantes. A leitura tem assim que deixar de ser o produto dum estatuto social que traduz uma desigualdade ou exclusão social. Há que familiarizar-se com a escrita antes de saber ler. Todos têm as competências de escrita conforme a sua situação social e as técnicas para essa utilização. Mas, para cada um, a questão não é de técnica mas sim de estatuto. O estatuto de leitor que se for adquirindo marca uma nova era, a da leitura, da *leiturização*.

É insuficiente só alfabetizar. A verdadeira luta é entre leitura e não leitura. Não chega saber ler assim assim, é preciso saber ler bem. Não chega utilizar a escrita/leitura rudimentar, é preciso um verdadeiro saber escrever, o que passa por outras estratégias. Para muitas das pessoas que simplesmente são alfabetizadas, a escrita é pouco importante e útil; no dia a dia ela é substituída por outros meios de comunicação imediatamente mais eficazes que a escrita.

É o fim desta era de alfabetização mas não o da era da leitura e da escrita, que devem ser cada vez mais presentes, mais importantes e interventivas, em todos os domínios da cultura, da informação, da vida. A leitura e a escrita são uma verdadeira condição de vida democrática e para que os excluídos não cresçam têm

que se reforçar as competências da leitura de grande parte da população. A desigualdade no uso da leitura e da escrita esmaga a própria democracia, no sentido em que acentua desigualdades.

Esta tarefa diz respeito ao conjunto da sociedade, sejam os meios de produção, de informação, do poder político, do sistema educativo, da família. A comunidade inteira tem que estar envolvida, embora à escola caiba um papel essencial.

Mesmo que a escola não possa senão alfabetizar ela selecciona, apesar de tudo, pela maneira de ser leitor. Ela tria comportamentos que não ensina. Para as crianças que não conhecem boas condições sociais e culturais a escola deve transmitir uma outra técnica de escrita. A que se emprega quando não se é leitor. A verdadeira apropriação da escrita supõe estratégias diferentes! E é tudo ou nada porque não adianta ter uma aproximação à escrita se ela não for a de leitor.

Os resultados do Estudo Nacional de Literacia¹ revelam que cerca de metade (47%) dos inquiridos têm uma incapacidade absoluta ou muito rudimentar de utilização da informação escrita. Também os estudos sobre os hábitos de leitura de Eduardo de Freitas² indicam que mais de metade dos alfabetizados não pratica ou pratica muito pouco a leitura.

Estes dados revelam uma situação pouco confortável e menos confortável ainda se se distinguirem os alfabetizados dos leitores. Segundo o Censo de 1991, para a população entre os 15 e os 64 anos existem 17% de analfabetos e 73% de pessoas com o máximo de 6 anos de escolaridade. Há 50 anos menos de 50% eram alfabetizados quando a maioria da Europa tinha entre 99% e 70% de alfabetizados.

Trata-se primeiro que tudo de saber ler, para assim, pela competência, destreza e facilidade ter prazer e apetência. A prática dessa capacidade de ler tornamos mais informados, críticos, disponíveis para os diferentes saberes sejam técnicos, científicos, artísticos ou outros.

É pela educação do gosto, que se obtém do contacto, da frequência, do acesso, que somos mais exigentes e ecléticos. Sabendo ler, e só sabendo, se pode ler em todos os meios, todos os tipos de documentos reais ou virtuais.

É esta a condição para integrar de pleno direito, interventivamente, a era de informação em que vivemos e acentuar as diferentes formas de literacia.

2. Sobre a Sociedade de Informação

Desde o final do Séc. XIX, princípio do Séc. XX, que se tornou crescente a importância, no conjunto das economias das sociedades ocidentais industrializadas, do papel da produção, circulação e consumo da informação.

Com a crescente importância do sector terciário, em relação ao primário e secundário, o crescimento da burocracia nos estados modernos e o desenvolvimento das tecnologias associadas à comunicação e informação - jornais, revistas, cinema, rádio, televisão, computadores, foi-se progressivamente gerando o que hoje chamamos a sociedade de informação.

O crescimento desta sociedade de informação acompanhou o crescimento da alfabetização nessas mesmas sociedades industrializadas que lhe deram origem. Mas se a relação entre a maior alfabetização e o crescimento de determinadas tecnologias era directa - como acontece com o consumo de jornais e de livros - não é líquido que a mesma relação directa se verifique, em particular, após o aparecimento da televisão. O mesmo problema se coloca com a disseminação de tecnologias digitais associadas aos computadores e às redes de computadores, como é o caso da Internet.

Se saber ler tem relação directa com o mundo do texto já não é certo que o domínio da imagem e do som, no mundo audiovisual, promova ou exija os mesmos

mecanismos da literacia que a escrita proporciona. Daí que possa acontecer que o grau de controlo sobre a realidade, a informação e o conhecimento que a alfabetização e a escrita dão, possa ser posto em causa pelas novas tecnologias da informação. A sua capacidade massiva de fornecer informação, no sentido quantitativo, o seu diferente tempo e velocidade, a sua aproximação ao tempo real e a destruição de muitas mediações clássicas, entra em conflito com os mecanismos tradicionais da literacia. Dá-se por isso o efeito perverso de, estando disponível mais informação, não haver mais conhecimento.

As competências necessárias para uma literacia adaptada à sociedade de informação tal como hoje existe passam muito pela escola e pelas bibliotecas.

Numa nova utilização da biblioteca não se trata apenas de defender a leitura no sentido tradicional da competição das tecnologias de informação, mas a de utilizar as competências tradicionais de leitura em associação directa com outras competências necessárias para o uso pleno das tecnologias do som, da imagem e da interactividade permitida pelos computadores e pela Internet.

Todas as tecnologias de informação devem estar disponíveis numa biblioteca e não devem, à partida, ser hierarquizadas a partir da posição dominante do livro. Na condição de que a biblioteca se disponha a cumprir o seu papel, não seja passiva e fique como repositório de livros, discos, CD-Rom e ecrãs de computador. Mas que exerça com estes recursos uma verdadeira mudança, que se traduz essencialmente na transformação da multiplicidade da informação acessível em saber, em conhecimento, logo em aptidões e competências. Sendo que a competência no uso de cada uma delas em particular resulta sempre na competência e no uso de todas.

3. Sobre as Bibliotecas Escolares

1. As bibliotecas são um dos lugares de eleição para desenvolver e satisfazer as competências e apetências para a leitura e a escrita. Todas as bibliotecas o podem ser, mas importa-nos especialmente o papel das escolares. Cabe-lhes contribuir para esta aprendizagem da escrita e da leitura, a literacia, a criação e desenvolvimento do prazer de ler e de hábitos de leitura. Contribuir para habilitar para o uso da informação e, da informação ao saber, mas também para o desenvolvimento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

Inseridas na vida da escola como meios básicos do processo educativo e pedagógico facilitam o próprio aprender e, enquanto centros de recursos multimédia em livre acesso, devem proporcionar:

- ambiente bom e acolhedor;
- acesso a muitos e variados documentos como livros, revistas, jornais, vídeos CDs, CD-Rom, bases de dados, Internet;
- condições para a pesquisa e a produção de informação, onde se trabalhe em grupo ou individualmente, autonomamente ou com orientação de professores;
- pessoal com formação para apoiar e orientar na pesquisa e no trabalho intelectual, na gestão da informação, na organização dos interesses.

Com a expansão da designada sociedade de informação e a modificação dos paradigmas do ensino aumenta a importância destas bibliotecas enquanto centros de recursos educativos. Muita desta mudança poderá porventura ser mais conseguida na aprendizagem que a biblioteca propicia, que em outros lugares da escola.

A biblioteca é parte integrante do edifício da escola, mas o conceito de biblioteca é muito mais que essa parte do edifício. Nela, a existência de informação disponível só em parte, circunstancialmente, depende do local em que coexiste a presença física dos documentos e a própria utilização. Em grande medida hoje ela

tende a ser também uma rede de comunicação virtual, que é parte constitutiva da própria biblioteca.

Há assim uma mudança no entendimento do conceito de biblioteca, tal como há uma nova maneira da leitura que supera o próprio livro, enquanto objecto físico, seja ele digital ou informático. É verdade que a percepção é diferente se se maneja um livro ou um computador, se se folheiam folhas ou se passam ecrãs com informação em rede e particularmente na rede da Internet, e que se o próprio modo de raciocínio, se muda, isso supõe uma ruptura na forma de organizar e estruturar o saber, embora ruptura não queira dizer não convivência. Livros impressos convivem com outros suportes de informação e, embora seja diferente o modo de ler, trata-se ainda de ler, de diferentes modos de leitura, não se colocando a questão da substituição do livro impresso pelos computadores. Há documentos impressos e documentos digitais e seguramente uns e outros não são a mesma coisa e determinam comportamentos, raciocínios, tempos, ritmos diferentes. Também os leitores se vêm diferenciando, coexistindo em cada um vários leitores.

Quer-se isto mesmo para as bibliotecas escolares: fazer ao mesmo tempo, partindo deste conceito alargado de biblioteca, bibliotecas tradicionais e digitais nas escolas. Para que o estado das coisas não seja outra vez de atraso, daquele atraso de que falámos no início da nossa reflexão.

Desde pelo menos meados do século passado que, em estudos e em textos oficiais e na imprensa, se enunciava a necessidade de bibliotecas escolares. Delas se espera que, ao criar e desenvolver competências de informação nos alunos contribuam para formar cidadãos mais conscientes, informados e participantes e também contribuam para o desenvolvimento cultural da sociedade no seu conjunto. Diminuindo assim o número de excluídos na nossa sociedade e impedindo, face às sociedades mais informadas, novas formas de exclusão.

Para fazer no presente as bibliotecas do futuro que o passado nunca nos deu todas as parcerias são precisas. As famílias, as associações de pais, as empresas, os poderes reais e fáticos, a comunicação social. Mas à escola e aos professores - enquanto mediadores dos saberes, que fazem os caminhos do aprender, e aos profissionais da informação - enquanto organizadores e gestores dessa mesma informação, cabe o papel mais importante e determinante.

2. Sobre o conceito, o papel e organização das bibliotecas escolares o que de mais significativo pensamos consta do Relatório "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares"³. Este Relatório foi elaborado por um grupo de trabalho, por solicitação dos Ministros da Educação e da Cultura, que em Janeiro de 1996 encarregaram uma equipa de propôr medidas destinadas a promover o "desenvolvimento de bibliotecas escolares, integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública mais ampla que apoie e amplifique a acção da escola e que se mantenha ao longo da vida". Nele se referem os princípios gerais e as bases que orientam o desenvolvimento das bibliotecas escolares entendidas como centros de recursos educativos multimédia. A biblioteca deve constituir-se como centro de organização pedagógica da escola que inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados em livre acesso todos os tipos de documentos que serve de recurso pedagógico para as actividades de ensino e não lectivas, para ocupação dos tempos livres e de lazer e que deve poder contar com o apoio de uma equipa responsável, com formação adequada.

Integradas na dinâmica da escola podem produzir alterações qualitativas na própria vida da escola, sendo estimulantes das aprendizagens, lugar de prazer e pesquisa, onde há informação, recursos materiais e recursos humanos para apoiar na organização dos saberes.

Na sequência deste Relatório foi, também por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Cultura, nomeada uma estrutura coordenadora responsável pela elaboração e execução de um programa de instalação de Bibliotecas Escolares, designada Gabinete de Rede de Bibliotecas Escolares. Com este programa pretende-se criar condições necessárias à instalação nas escolas de bibliotecas actualizadas, dimensionadas de acordo com a população escolar a que se destinam. Deste modo deverão dispôr de:

- um espaço adaptado à diversidade de funções das bibliotecas;
- equipamento especializado, quer a nível de mobiliário, quer a nível do audiovisual e informático;
- um fundo documental diversificado (livros, revistas, documentos vídeo e audio e multimédia, jogos, produções próprias da escola...) ajustado aos interesses e necessidades escolares;
- uma equipa de professores e técnicos com formação especializada neste domínio;
- uma dotação orçamental própria para o funcionamento da biblioteca.

O objectivo é garantir os requisitos mínimos que permitirão que as bibliotecas, integradas na dinâmica da escola, sejam espaços acolhedores e estimulantes, onde a leitura em vários suportes, a pesquisa, a produção de escrita, constituam actividades agradáveis e interactivas, que permitam redescobrir o sentido de aprender.

Como sempre acontece na maioria das situações inovadoras a transformação da biblioteca constitui um processo "aberto" a um número indeterminado de soluções e caminhos diferentes, com ritmos e etapas também diferentes. É portanto de evitar modelos rígidos para a organização e funcionamento das bibliotecas que afastem experiências já existentes. Esta transformação, ainda que estimulada e sustentada de fora tem que ser um processo endógeno à própria escola. Foram aliás os professores e a escola os primeiros a perceber que precisam das bibliotecas e foi por eles que tudo começou.

As experiências no mundo do ensino devem contudo realizar-se em cooperação com outras bibliotecas, sobretudo as bibliotecas públicas.

Dos apoios e instrumentos institucionais que se juntaram às iniciativas das escolas, como o próprio programa da Rede de Bibliotecas Escolares, espera-se que sejam capazes de fornecer orientações técnicas, logísticas e financeiras.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares estruturou-se "procedendo: (1) a uma clarificação prática do conceito de biblioteca escolar, correspondendo às características de um mundo em que a informação, o conhecimento científico e tecnológico e a divulgação das obras literárias se produzem a um ritmo acelerado; (2) à determinação do conjunto de condições básicas, indispensável à instalação de uma biblioteca em cada escola, a mobilizar como uma estrutura integrada de recursos capaz de produzir alterações qualitativas na vida da escola; (3) à definição de linhas de orientação técnica e funcional que fossem comuns a todas as bibliotecas e ainda de modalidades de aplicação conforme o tipo de escola, de forma a proporcionar aos órgãos directivos e aos professores um quadro de referência que lhes pudesse servir para planearem o desenvolvimento das suas bibliotecas; (4) à definição de uma estratégia de lançamento do programa, centrada nas próprias escolas, as quais deverão dispôr de um conjunto de incentivos e apoios técnicos proporcionados pelos Ministérios da Educação e da Cultura, por instituições de formação de professores e pelas câmaras municipais"⁴.

3. O Programa de desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares foi lançado no ano lectivo de 1996/97, ano zero do programa, de acordo com o

Relatório “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares” entretanto divulgado e enviado às escolas.

Numa primeira fase consideraram-se duas modalidades de intervenção para todos os graus de ensino: uma dirigida a escolas dos vários níveis de ensino, inseridas em zonas do país previamente acordadas, que reunissem as condições definidas à partida, e que manifestassem a sua disponibilidade para aderir a este Programa; outra dirigida a escolas que tendo desenvolvido experiências significativas em matéria de organização e dinamização de bibliotecas escolares, reunissem também algumas das condições mínimas previamente definidas e conforme ao conceito de bibliotecas enunciado.

Ao Gabinete coube definir um plano de intervenção em cinco zonas do País, correspondentes às Direcções Regionais de Educação, com base em critérios de viabilidade e operacionalidade de que resultaram seleccionados 16 Concelhos: Guimarães, Matosinhos, Paços de Ferreira, Ponte de Lima, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Arganil, Lousã, Soure, Barreiro, Seixal, Setúbal, Beja, Castro Verde e Portimão. Em conjunto com os adequados serviços do Ministério da Educação e com as Direcções Regionais de Educação foram escolhidas oitenta e oito escolas de todos os graus de ensino para uma primeira fase do trabalho. O número de escolas envolvidas é necessariamente reduzido dadas as disponibilidades de recursos materiais e humanos, mas também porque um programa desta natureza aconselha uma intervenção gradual.

A estas escolas coube apresentar um plano para o desenvolvimento da respectiva biblioteca escolar/centro de recursos educativos e para esse efeito contaram com o apoio das Direcções Regionais de Educação, das Câmaras Municipais, das Bibliotecas Públicas e, naturalmente, do Gabinete das Bibliotecas Escolares. Desde sempre correspondeu à filosofia deste Programa desenvolver e incrementar uma parceria real com as Câmaras Municipais e em particular com as Bibliotecas Municipais com quem se espera que as escolas possam cooperar e nelas encontrar o apoio técnico e logístico mais qualificado. Depois de apurado o plano de cada escola, o Ministério da Educação, através da Direcção Regional, as autarquias e as escolas, celebraram entre si um acordo de cooperação, que é o compromisso contratual que formaliza a adesão ao programa.

Simultaneamente foi elaborado um conjunto de estudos técnicos para apoio às escolas, agora editados⁵.

Em 1997 o programa pôde contar com a verba de 500 mil contos para apoiar estas oitenta e oito escolas de todos os graus de ensino. Mais oitenta escolas, com projectos de biblioteca escolar/centro de recursos educativos já desenvolvidos puderam obter um pequeno incentivo financeiro para a sua melhoria, tendo sido disponibilizados para esse apoio 80 mil contos.

4. Na sequência do lançamento do Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, a estratégia adoptada para o alargamento da Rede a novos concelhos em 1998 teve em consideração um conjunto de critérios, bem como informações e pareceres das Direcções Regionais de Educação.

No que respeita à Rede Escolar, foram observadas as realidades educacionais em cada concelho, a dimensão dos estabelecimentos de ensino, os possíveis agrupamentos de Escolas e os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária criados, articulando estes aspectos com a existência de Bibliotecas Municipais que possam vir a apoiar as Bibliotecas Escolares no âmbito das parcerias a estabelecer com as autarquias, bem como o trabalho desenvolvido por estas na área da educação.

Ponderados estes aspectos, foram propostos os seguintes concelhos para

integrar em 1998 a Rede de Bibliotecas Escolares: Faro, Montemor-o-Novo, Vila Franca de Xira, Almeirim, Covilhã, Miranda do Corvo, Porto e Alijó.

De acordo com a verba afectada ao Programa da Rede de Bibliotecas Escolares para 1998, 700 mil contos, o desenvolvimento do mesmo pode prosseguir nos seguintes moldes:

1. Para o alargamento do Programa, quer nos 16 concelhos onde ele se iniciou, quer nos 8 concelhos agora integrados, será disponibilizada uma verba de 600 mil contos. A selecção das escolas abrangidas pelo Programa fez-se através de uma *candidatura concelhia* que permitiu seleccionar 94 escolas. A estas escolas seleccionadas juntam-se mais 15 escolas do 1.º ciclo, de pequena dimensão que foram escolhidas em colaboração com as Câmaras Municipais, nos concelhos onde já estão apoiadas todas as escolas com mais de 100 alunos.

A existência de um espaço exclusivo, adequado à instalação da biblioteca, a relação área-número de alunos e a disponibilidade de professores e auxiliares de acção educativa para integrar uma equipa, frequentar formação nesta área e assumir o projecto da biblioteca, foram critérios a ter em conta no processo de selecção das escolas. As actividades curriculares, extra-curriculares ou de complemento curricular já realizadas e que envolveram a biblioteca escolar, bem como as iniciativas pedagógicas a desenvolver em 1998 foram também objecto de apreciação. Deu-se particular valor às actividades que privilegiam a ligação às práticas docentes, numa perspectiva de integração total da biblioteca na vida da escola.

O parecer das Câmaras Municipais, bem como o apoio que as mesmas se disponham a dar no âmbito de uma parceria a estabelecer, nomeadamente através das Bibliotecas Municipais, também mereceram ponderação.

No que respeita ao 1.º ciclo do Ensino Básico, e à semelhança do ano anterior, as obras serão acordadas com as Câmaras Municipais, que as suportarão, cabendo ao Ministério da Educação o financiamento do mobiliário, equipamento e fundos documentais. Para os demais ciclos, a execução técnica das obras acordadas ficará a cargo das Direcções Regionais. Relativamente ao mobiliário, equipamento e aos fundos documentais e seguindo as já nomeadas linhas de orientação do Relatório "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares", e ainda em conformidade com o projecto previamente acordado, as escolas terão um reforço do orçamento para proceder às respectivas aquisições.

A extensão do Programa a mais escolas dentro dos concelhos já apoiados ou a escolas pertencentes a novos concelhos resultou do entendimento do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares e das Direcções Regionais de Educação com as Câmaras Municipais, com vista a precisar a colaboração das mesmas, condição essencial para a extensão da Rede nos respectivos concelhos. À medida que fôr aumentando o número de escolas por concelho poder-se-á estruturar com as Câmaras Municipais a rede concelhia de bibliotecas escolares, contando sempre com o apoio da Biblioteca Municipal, prevenidos os recursos humanos e financeiros exigíveis. Assume particular importância estratégica a criação de redes concelhias que possibilitem a concentração e afectação de recursos próprios para o programa nos diferentes concelhos e, dentro desta filosofia, é crucial o trabalho com a Biblioteca Municipal através dos designados Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), conforme o Relatório "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares". Destes serviços se espera apoio técnico na área de documentação e gestão de bibliotecas, no apoio logístico e na partilha dos saberes e da experiência próprios dos profissionais. Também se espera cooperação no trabalho comum de contribuir para mais e mais qualificados utilizadores das também cada vez mais bibliotecas.

Dado o seu carácter inovador, tudo aconselha a que estes importantes

serviços se venham a consolidar à medida que as condições objectivas e subjectivas o permitam, para que a sua institucionalização se faça sem resistência. Não é possível ainda estabelecer o padrão destes serviços que se irão, conforme as circunstâncias e os meios disponíveis, estruturando no terreno.

Entre Março e Abril de 1998 foi lançada uma *candidatura a nível nacional*, abrangendo escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico com mais de 400 alunos e escolas dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, sendo a selecção feita por um júri a definir. Como incentivo às escolas com projectos na área das bibliotecas escolares/centros de recursos educativos, logo com biblioteca criada e trabalho desenvolvido, será disponibilizada uma verba total de 100 mil contos para reforço do orçamento das escolas candidatas e seleccionadas. Trata-se de premiar e reconhecer as escolas que, com esforço e qualidade, têm trabalhado por conta própria, criando centros de recursos educativos.

A atribuição das verbas às escolas far-se-á mediante a análise da qualidade de cada um dos projectos candidatos, a avaliação dos recursos já existentes e que constituem a base de trabalho na qual se alicerçam esses projectos - instalações, equipamentos, fundos e recursos humanos. Estimamos em cerca de 50 o número de escolas a apoiar no quadro desta candidatura. As escolas seleccionadas integrarão a Rede de Bibliotecas Escolares e virão a usufruir das soluções globais de que o Programa possa vir a beneficiar.

Ao longo do ano serão actualizados alguns dos estudos técnicos produzidos e novos documentos serão realizados pretendendo dar resposta a diferentes necessidades em domínios como a formação à distância; o papel dos centros de formação na formação contínua de professores; a organização do espaço das bibliotecas e os fundos documentais.

Quanto à informatização das bibliotecas escolares, domínio que reconhecemos de importância primeira, estão em curso trabalhos tendentes a uma solução ajustada a estas bibliotecas. A gestão das bibliotecas escolares e a criação de sistemas de cooperação interbibliotecas exigem a adopção de uma política de informatização que permita dar resposta às necessidades e características de cada sistema documental, considerado o vasto universo de escolas a contemplar.

Neste sentido, foram solicitados pareceres e estudos vários de que resultou a apresentação de uma proposta ao Senhor Ministro da Educação para a constituição de um grupo de trabalho a quem competirá: 1. Definir uma arquitectura de sistema de informação para as bibliotecas escolares; 2. Estudar hipóteses de cooperação institucional que permitam a aplicação do sistema definido, de forma sistemática e a nível nacional; 3. Elaborar os cadernos de encargos na base dos quais possam vir a ser abertos os concursos públicos para instalação do referido sistema.

5. Os recursos humanos devem constituir um aspecto chave da nossa intervenção, sob pena de comprometermos todo o Programa e deitarmos a perder os investimentos feitos, adiando soluções que se nos afiguram imprescindíveis para a mudança da escola e do ensino.

Relativamente às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, sempre que estas tenham mais de 100 alunos, será aconselhável, sem prejuízo do trabalho de equipa, a colocação de um professor na biblioteca escolar. Caso não exista possibilidade de proceder a essa solução, por força da falta de professores do 1.º ciclo, deverão procurar-se soluções que minimizem essa falta, recorrendo à afectação de educadores de infância à biblioteca escolar e/ou à colocação de animadores que possam apoiar os professores nas suas actividades na biblioteca.

Nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, a organização, funcionamento e dinamização das bibliotecas escolares compete a

uma equipa, liderada por um coordenador. Esta equipa deve ser constituída, preferencialmente, por professores com formação neste área e com saberes e formações de base diferenciados de modo a poderem garantir a melhor exploração possível dos seus recursos e potencialidades em termos educativos.

Os professores de cada equipa poderão ter uma redução do seu horário lectivo que deve totalizar no mínimo, o equivalente a um horário lectivo. Esta recomendação é feita sem prejuízo de outras reduções horárias administradas pela escola.

É fundamental sensibilizar os futuros professores para o papel que as bibliotecas podem desempenhar enquanto recursos básicos do processo educativo, e dotá-los dos conhecimentos e competências para as saber utilizar e potenciar pois, como já foi referido, às bibliotecas é hoje reconhecido um papel central em domínios tão importantes como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do gosto pela leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, tecnológica e artística (vide Relatório “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares”).

Estando em causa um conjunto de competências no domínio da informação, determinantes na melhoria da qualidade de ensino e das aprendizagens e na formação de utilizadores efectivos de informação, capazes de as usar como matéria-prima do conhecimento e propiciar a produção de novos saberes, não deixará de justificar-se a sua integração formal no currículo e o seu tratamento especializado.

As bibliotecas escolares podem desempenhar uma função estratégica na mudança das condições de ensino/aprendizagem se nesse processo de mudança o professor for um orientador capaz de gerir discursos e práticas diversificadas, conduzindo a consulta e a produção de informação, nomeadamente em ambientes multimidiáticos. É neste sentido que a sua formação é essencial.

Assim, as competências de informação a adquirir neste domínio, requeridas pelo novo perfil funcional do professor, passam certamente por itens como a integração da biblioteca e dos seus recursos nas aprendizagens; animação de leitura; utilização de fontes de informação e media diversificados; selecção, organização e exploração dos recursos de informação; produção e difusão de novas fontes de informação em diferentes suportes; sistemas de informação e novas tecnologias.

Adquirir competências de informação tendo em vista a exploração adequada dos novos recursos disponibilizados pela biblioteca escolar é essencial ao exercício da actividade docente. É por isso que para todos os professores tem importância a frequência de acções de formação contínua que se destinem a potenciar o funcionamento e a utilização das bibliotecas escolares.

Ao professor responsável pela biblioteca escolar e à equipa educativa por si coordenada serão, por seu turno, atribuídas a organização, gestão e animação da mesma. Devem por isso conjugar competências técnico-documentais e pedagógicas que se traduzam num correcto funcionamento do sistema documental e no desenvolvimento de actividades diversificadas que promovam, nomeadamente, o prazer de ler e de conhecer. Ao professor responsável e à sua equipa são assim exigidas aptidões acrescidas que lhes permitam assumir-se como interface eficaz entre a biblioteca, o conjunto da organização e o meio em que esta se insere.

A formação especializada, vocacionada para o desempenho de funções da administração, animação e gestão de informação nas bibliotecas escolares, com enquadramento no âmbito do Regime Jurídico da Formação Especializada de Professores constitui pois, igualmente, um ponto-chave para o sucesso deste programa.

O Gabinete de Rede de Bibliotecas Escolares, no limite das suas atribuições,

vem solicitando junto destas instituições competentes a oferta de formação que permita ao programa desenvolver-se sustentadamente.

Esperemos que as acções nesta área venham a merecer a melhor atenção dos Centros de Formação da Associação de Escolas e do Programa FOCO, que lhes vem dando prioridade estratégica, bem como das instituições do ensino superior e dos professores em geral.

Mas a existência de professores com formação específica não dispensa a possibilidade de haver bibliotecários nas escolas, sempre que a dimensão das escolas e o tipo de trabalho a realizar em cada uma delas o justifique. Num futuro que se espera próximo talvez se possa assistir à oferta de bibliotecários com uma graduação específica em bibliotecas escolares.

Neste sentido, espera-se que o futuro regime jurídico das carreiras não docentes dos ensinos não superior, permita a criação dos lugares de técnicos superiores de biblioteca e documentação, e também de técnicos adjuntos, através da criação de lugares no quadro das Direcções Regionais de Educação, que os afectarão às escolas.

Se os professores e, particularmente, os professores responsáveis pela equipa da biblioteca escolar são condição essencial para o efectivo trabalho de um centro de recursos - enquanto mediadores entre os meios disponíveis e os alunos, não menos importantes são os técnicos de acção educativa que aí exercem funções.

Confia-se que este ano, no âmbito da formação do programa FOCO seja possível disponibilizar pequenas unidades de formação para estes técnicos na área das bibliotecas escolares, no sentido de qualificar e reconhecer a sua acção.

Cada vez mais se exige preparação aos professores para, na acção de informar, formar, educar, transmitirem e ajudarem a adquirir as competências necessárias ao uso da informação e do conhecimento, com vista à integração social dos alunos numa era em que a cultura é não só analógica mas já digital.

A biblioteca pode ser um instrumento dessa mudança do ensino e da escola, assim tenha as condições físicas e de recursos humanos para operar essa inovação pedagógica.

NOTAS

¹ *A Literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica.* coord. Ana Benavente... [et. al.]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

² Freitas, Eduardo de - *Hábitos de Leitura: um inquérito à população.* Eduardo de Freitas, José Luís Casanova, Nuno Almeida Alves. Lisboa: D. Quixote, 1997

³ *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares.* coord. Isabel Veiga... [et. al.]. Lisboa: Ministério da Educação, 1997

⁴ *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares.* Isabel Veiga... [et. al.] IN: *Leituras: revista da Biblioteca Nacional.* Lisboa: BN, nº 1, Out. 1997

⁵ Canário, Rui - *Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares e Formação Contínua de Professores.* Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, 1998

Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos - *Bibliotecas Escolares: instalações e organização do espaço.* Helena Brás. Lisboa: ME. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, 1998

Ministério da Educação. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento. *Catálogo de Documentação: escolas do 1.º CEB.* Lisboa: ME. DAPP, 1998

Ministério da Educação. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento. *Catálogo de Documentação: escolas dos 2.º e 3.º CEB.* Lisboa: ME. DAPP, 1998

Ministério da Educação. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento. *Catálogo de Documentação: escolas do E. Secundário.* Lisboa: ME. DAPP, 1998.

